



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Mídias digitais, processos sociais e subjetividades:

notas preliminares para uma abordagem sociológica
Felipe André Padilha

Como citar: PADILHA, F. A. Mídias digitais, processos sociais e subjetividades: notas preliminares para uma abordagem sociológica. *In:* SOUZA, L. A. F.; CORRÊA, L. M. M. (org.). **Dilemas da sociedade brasileira contemporânea: as novas configurações da economia, da violência e dos espaços comunicacionais.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. p. 113-136.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7983-992-4.p113-136>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

MÍDIAS DIGITAIS, PROCESSOS SOCIAIS E SUBJETIVIDADES: NOTAS PRELIMINARES PARA UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA¹

Felipe Padilha

Lara Facioli

CRESCE DEPENDÊNCIA POR INFORMAÇÃO NO MUNDO

Uso de computadores torna-se obrigatório para usuários que precisam de atualização constante

O primeiro sinal é a mania de checar a chegada de e-mails a todo instante. O segundo pode ser a angústia de correr os olhos por uma enxurrada de dados sem aprofundar-se em nada. O vício por informação - mais um item na lista das compulsões modernas - cresce em todo o mundo, segundo estudo encomendado pela agência internacional Reuters. O assunto preocupa usuários de computador, empresas de comunicação e especialistas em relações humanas.

As armas de sedução tornam-se cada dia mais sofisticadas e imprescindíveis: serviços de transmissão de dados em tempo real, Internet,

¹ As reflexões desenvolvidas neste artigo foram apresentadas no minicurso intitulado "Mídias digitais e subjetividades - considerações sobre a pesquisa na rede" ministrado no I Seminário Internacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e pelo Grupo de Estudos Mundo Contemporâneo, da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, campus de Marília, realizado entre os dias 22 e 24 de setembro de 2015.

<https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7983-992-4.p113-136>

redes de televisão, jornais e revistas. Os clientes vivem uma relação dúbia com seus sedutores. Ao mesmo tempo em que se sentem vítimas da overdose de informação, exigem mais e mais notícias.

[...]

A preocupação dos pais em relação ao vício de informação também aparece no relatório da Reuters. Quase metade dos entrevistados afirma que as crianças preferem computadores aos colegas e 36% dos adultos estão preocupados com os efeitos dessa overdose sobre os filhos. O trabalho da Reuters alerta as empresas e escolas para o vício. “Treinamentos ensinam as pessoas a selecionar informações e evitar esses problemas”, diz o diretor do Grupo de Informação de Negócios, Michel Foster”. [...].

O Estado de São Paulo, 28 de fevereiro de 2015

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma leitura sociológica sobre as mídias digitais para problematizar as articulações entre o desenvolvimento das teorias e dos conceitos mobilizados para pensá-las. Também nos interessa oferecer às pessoas pouco familiarizadas com a temática uma trilha teórico-metodológica para uma inserção preliminar sobre o fenômeno contemporâneo das relações digitalmente mediadas. Pretendemos também chamar a atenção para a relação existente entre a história das mídias e da internet e os conceitos produzidos para pensá-las, em especial aqueles forjados em diálogo com as ciências sociais e as abordagens contemporâneas sobre a relação entre mídia digitais, subjetividade, política e gênero.

Inicialmente discutiremos como as mídias digitais e os seus usos tornaram-se fonte de ansiedade social no discurso dos jornais do final da década de 1990. A descontinuidade com a ordem precedente, a intensa transformação social, somada ao deslocamento tecnológico, foram ingredientes que guiaram as interpretações otimistas ou pessimistas desse período. Partindo de uma interpretação histórica das tecnologias de comunicação sugerimos que as dinâmicas que envolvem o uso das mídias digitais são histórica e culturalmente situadas. Mais do que isso, pensando com a sociologia processual de Norbert Elias, sugerimos que o processo de tecnição que culminou na ampla disseminação das mídias digitais é o resultado histórico de um processo de longa duração, não-planejado e que

atravessou a produção das subjetividades contemporâneas, na medida em que colocou em operação novos padrões de controle e auto-regulação.

Em seguida, apresentamos duas abordagens teórico-metodológicas das mídias digitais que são fundamentadas em contextos tecnológicos, teóricos, culturais e políticos bastante distintos. Em um primeiro momento, discutiremos como o chamado paradigma midiológico tecnológico, representado por McLuhan e Pierre Levy, produziu e disseminou os conceitos de “ciberespaço” e “cibercultura”. Ainda que tenham ganhado bastante popularidade nos anos 2000, nosso argumento é que o alcance explicativo desses conceitos pode ser questionado frente ao desenvolvimento das tecnologias e dos seus usos, bem como da popularização das mídias. Em contraste, apresentaremos a apropriação crítica do sociólogo Scott McQuire que tensiona o conceito de “ciberespaço” a partir do “espaço relacional”.

Por fim, discutiremos algumas abordagens recentes que oferecem aportes teóricos para uma reflexão sobre as transformações subjetivas que ganharam destaque com a popularização das mídias e dos seus usos e faremos uma breve recuperação sobre o uso das mídias em território nacional, que figuram em nossas pesquisas e que apontam para as ressignificações das relações mediadas.

De modo geral, buscamos reunir um conjunto de questões introdutórias pensando em um público que deseja se aproximar do tema. Nossa intenção não é oferecer respostas cabais sobre os usos dessas mídias, mas apresentar um conjunto de questões com as quais nos deparamos em nossos próprios percursos de pesquisa. O objetivo é colocar em circulação elementos históricos, teóricos e conceituais que colaborem com outras reflexões e apropriações sobre as relações digitalmente mediadas no contexto brasileiro contemporâneo.

Desde sua origem latina até o seu emprego atual, o termo “mídia” conserva o sentido de “mediação”, algo por meio do qual informações são passadas. Sobretudo depois da invenção e popularização de tecnologias como a imprensa, o rádio, o cinema, a televisão e, mais tarde, a internet, essa palavra, cada vez mais, passou a ser associada o conjunto dos chamados “meios de comunicação social”. Como mediação, a mídia não possui valor em si. Ou melhor, ela não possui valor que possa ser separado das consi-

derações feitas por um olhar informado por outros valores. Desse modo, uma compreensão sociológica das mídias deve considerar os espaços e os contextos nos quais elas operam, assim como os usos que delas fazemos.

A notícia apresentada no início do texto expressa os temores suscitados pela chegada da internet comercial no país, na metade da década de 1990, e pela intensificação da possibilidade de uso das mídias digitais no Brasil. Trata-se de um documento histórico que comunica sobre a experiência e as expectativas de uma época e que nos permite acessar sob quais juízos e moralidades as relações sociais digitalmente mediadas foram recepcionadas e compreendidas no Brasil.

Conectar-se por aqui foi um privilégio do qual apenas pequena parcela da população, situada sobretudo nas capitais e regiões metropolitanas, pôde desfrutar no final dos anos 1990. O computador, até então único suporte para a rede, ainda não se configurava como um “utensílio doméstico”, tampouco como equipamento de uso pessoal. Até o barateamento e popularização dos *notebooks* e, mais recentemente, dos *smartphones*, era comum que as famílias compartilhassem em suas casas um único aparelho. A recomendação era que o computador doméstico fosse estrategicamente instalado na sala principal para viabilizar o controle do conteúdo acessado pelas crianças e adolescentes.

Nesse período, os discursos veiculados por jornais e revistas, com frequência, estampavam em suas manchetes apontamentos trazidos por pesquisas científicas recém engajadas na observação das dinâmicas online. Essas pesquisas mantinham em comum uma percepção negativa e pessimista a respeito do que seria a internet e sobre as possíveis consequências decorrentes da exposição contínua das pessoas ao uso dos computadores. Os argumentos quase sempre descreviam como os efeitos da tecnologia se espalhavam pelas mais diferentes áreas da vida cotidiana, muito embora o repertório variasse desde o potencial vício até os temores despertados pelas possibilidades de ser enganado ou tornar-se alvo de golpes aplicados por desconhecidos na internet.

O tom de pessimismo calcado no determinismo tecnológico contido nas afirmações médicas atraía a argumentação para o regramento e, conseqüentemente, fomentava práticas de controle ao acesso que, quando

não estabelecidas dentro dos devidos limites, seria potencialmente causadoras de solidão, de criação de realidades paralelas, de isolamento e individualismo. Um consenso figurava de maneira central nesses discursos: a internet e os computadores, desde muito cedo, foram entendidos como ferramentas poderosas e capazes de desencadear transformações tanto nas relações sociais, quanto na subjetividade.

Atualmente, passados vinte anos da chegada da internet comercial, o acesso às mídias digitais se apresenta cada vez mais possível e incorporado na vida cotidiana do país². Apesar da desigualdade digital presente no nosso contexto, pesquisas recentes apontam que a população brasileira, de modo geral, está cada vez mais conectada, principalmente via telefone celular³. Nesse período de quase duas décadas, o perfil de usuários também mudou e a população de baixa renda que acessa a rede passou a enxergar nela não apenas uma esfera de sociabilidade e de conexão com amigos e parentes, mas possibilidade de desenvolvimento de empreendimentos próprios e meio de ascensão social (FACIOLI, 2013).

Os usos das mídias e a expansão crescente de relações digitalmente mediadas atualmente assumiram o lugar nas manchetes jornalísticas que nos colocam como um dos países que mais dedica tempo às redes sociais⁴. O tom das pesquisas se diversificou e, embora o viés pessimista permaneça em algumas manchetes, progressivamente tem aumentado o número de trabalhos apontando para a multiplicidade de usos das redes. Além disso, os estudos que ressaltam um suposto excesso de individualismo do sujeito conectado, têm sido matizados com análises que pensam as mídias digitais como agente de mudanças (McQUIRE, 2011), como mediadora de relações sociais (TURKLE, 2011; BAYM, 2010), como possibilidade de formação de identidades culturais (HARAWAY, 2000), como produtora de redes sociais e espaço de tensão política, hegemonia e resistência (CAS-

² Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) relativas à Tecnologias da Informação e Computadores (TIC), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e apresentados em 2014, quase metade dos domicílios brasileiros tem computador em casa. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=266778>. Acesso em: 10 de dezembro de 2015.

³ Segundo a mesma PNAD, o número de acesso a internet via celulares aumentou, o tirou o protagonismo do computador da cena de acesso de cinco Estados Brasileiros: Sergipe, Pará, Roraima, Amazonas e Amapá.

⁴ Os dados apresentados pela pesquisa Digital Future Focus Brazil 2015 produzida pelo consultoria ComScore afirma que os brasileiros gastam em média 650 horas por mês em redes sociais. A média é 60% maior do que no restante dos países analisados. Disponível em: <https://www.comscore.com/por/Imprensa-e-eventos/Apresentacoes-e-documentos/2015/2015-Brazil-Digital-Future-in-Focus>. Acesso em: 10 de dezembro de 2015.

TELLS, 1999; MISKOLCI, 2015; KURASHIGE, 2014; PADILHA, 2015) e também como lugar de criação de laços, de auxílio emocional, de ajuda-mútua e de mobilização coletiva (ILLOUZ, 2011; FACIOLI, 2013; DO PRADO, 2015; BELELI, 2015; PELÚCIO, 2015).

NOTAS SOBRE DESENVOLVIMENTO DAS MÍDIAS DIGITAIS

Hoje em dia, se tivéssemos a possibilidade de caminhar pelas ruas e aplicar um questionário sobre como o uso da energia elétrica afeta nosso cotidiano, provavelmente notaríamos pessoas surpresas ao ter que refletir sobre algo que está tão implícito às nossas atividades diárias. Poderíamos também questionar sobre o quanto essas pessoas são “dependentes” da eletricidade e o quanto uma queda no fornecimento de energia nos causaria ansiedade. Colocando essa análise fictícia da eletricidade em analogia com os argumentos lançados sobre as mídias, poderíamos indagar: somos viciados em eletricidade, já que praticamente tudo o que fazemos depende dessa tecnologia?

Essas questões comprometidas com a desnaturalização nos mostram como alguns processos tecnológicos foram historicamente foram naturalizados ao ponto de parecer que sempre fizeram parte da nossa paisagem cotidiana. Uma recuperação capaz de situar o processo histórico, político e cultural nos permite refletir sobre as mudanças sociais e subjetivas pelas quais passamos e que nos conduziram ao que nos tornamos hoje. Uma reflexão genealógica desses processos abre a possibilidade de, por exemplo, problematizar os discursos a respeito do impacto totalmente negativo ou excessivamente positivo que as mídias teriam em nossas vidas. Para além de pensar se estes avanços tecnológicos nos fazem bem ou mal, desejamos compreender, quais deslocamentos eles nos suscitaram e como em diferentes contextos ressignificamos os usos que fazemos das mídias.

Em termos de impacto na vida social, os efeitos da difusão das tecnologias da informação só tiveram precedentes na história da humanidade no contexto da revolução industrial e dos processos de urbanização dos séculos XVIII e XIX. Assim como ocorreu com estas últimas, o advento da eletrônica e da digitalização introduziram um padrão de descontinuidade nas bases materiais da economia, das relações sociais e da cultura. E, tal

como no contexto das revoluções industriais, as alterações nos padrões de vida, nas relações sociais e nas subjetividades marcadas pelas tecnologias, desafiaram a criatividade de estudiosos dedicados a compreender aquele momento de mudanças e, principalmente interpretar o mal-estar e as promessas colocados em cena.

As alterações nas relações sociais evocadas pela revolução industrial foram enfrentadas pela teoria social por um lado, com pessimismo e, por outro, como fundamentais para a compreensão do que viria a ser uma nova ordem social. Emile Durkheim, por exemplo, via na liberdade individual, resultante dos processos de divisão do trabalho e da ocupação dos centros urbanos, uma ameaça que colocava um alto risco à coesão social. Karl Marx, ao olhar a indústria alemã, não deixou de fora da problemática o excessivo individualismo gestado naquele contexto. Do mesmo modo, Georg Simmel se manteve atento aos novos estímulos causados nas subjetividades, ou na vida mental, como consequência da intensificação decorrente da vida na metrópole. A atitude *blasé*, nesse sentido, pode ser entendida como uma espécie de estratégia subjetiva para lidar com a intensidade desses estímulos.

Algo similar ao surgimento dos grandes espaços urbano-industriais se passa no contexto atual de avanço das mídias-digitais e dos seus acessos. É consenso que as tecnologias incidiram sobre as relações sociais e impactaram as nossas subjetividades. A mesma curiosidade que pautou os analistas das revoluções industriais ainda faz com que se multipliquem as explicações teóricas que disputam o poder explicativo dessas mudanças. Entretanto, antes de aprofundarmos a discussão sobre as formas de interpretação dos efeitos da tecnologia em nossas vidas, faremos uma breve retomada dos processos sociais que resultaram no desenvolvimento das mídias digitais. Nosso interesse com isso é situar alguns aspectos da história das mídias digitais apresentando parte das questões e interesses que estavam em jogo.

As mídias digitais, ou seja, o conjunto de dispositivos que engloba as redes e os seus suportes possuem uma história ampla, difusa e relativamente pouco debatida no campo das ciências sociais. Quando falamos em mídias digitais, de modo sintético, estamos nos referindo ao conjunto de dados transformados em uma sequência de números que podem ser

interpretados por um computador. De modo simples, qualquer dado que trafegue pelas mídias digitais, seja ele um som, uma imagem ou um conjunto de letras é, antes, convertido em uma sequência de números ou dígitos, daí o aspecto digital. Portanto, uma das diferenças mais notáveis entre as mídias digitais e as suas predecessoras analógicas como, por exemplo, o jornal, o rádio, o cinema e a televisão é o fato de que ao serem digitalizados os suportes físicos de armazenamento desaparecem.

Uma abordagem informada pela sociologia-processual proposta por Nobert Elias (2006) nos permite traçar alguns paralelos entre o que se passou com o desenvolvimento dos transportes durante os séculos XIX e XX e as inovações tecnológicas que permitiram o desenvolvimento dos computadores. Dessa perspectiva, mais do que o acúmulo do resultado de pequenas invenções particulares, cada uma das inovações que permitiram o desenvolvimento dos computadores comporta, em si mesma, um processo social que envolve experimentações, um período de não-saber, de riscos e perigos e, inclusive, de maturação. Mais do que isso, comporta interesses sociais de uma época, jogos de poder, ideais e fantasias sobre o possível e o impensável. Portanto, a questão plausível de ser aqui colocada não é quem inventou o computador ou a rede, mas quais foram os processos de experimentação - inicialmente difusos e posteriormente concentrados - que permitiram o desenvolvimento dessas máquinas? Onde eles se concentraram e sob quais interesses?

Nesse sentido, aqui iremos compreender o processo histórico de desenvolvimento dos computadores e da internet como processos de tecnização. Para Elias (2006, p.35):

tecnização é o processo que, à medida que avança, permite que se aprenda a explorar objetos inanimados, cada vez mais extensamente, em favor da humanidade, manejando-os e os processando, na guerra na paz, sobretudo na expectativa de uma vida melhor.

A tentativa de desenvolver máquinas capazes de executar comandos programados prescindem das máquinas de calcular criadas no século XIX. Charles Babbage (1792-1871), na década de 1830, projetaria o desenvolvimento de dois tipos de máquinas: a diferencial e a analítica. Ambas foram fundamentais para o desenvolvimento dos computadores eletrôni-

cos no século XX, sobretudo quando foram articuladas às primeiras ideias da eletromecânica. Retrospectivamente, os projetistas desses computadores constatariam que em grande medida Babbage tinha antecipado boa parte dos aspectos por eles desenvolvidos (BRETON, 1991).

A máquina analítica era programável a partir de cartões perfurados, uma técnica criada por Joseph-Marie Jacquard, em 1804, com a intenção produzir um tear automatizado. Com aproximadamente o tamanho de uma nota de um dólar, os cartões perfurados permitiam que dados e comandos fossem inseridos e lidos pelas máquinas. A mecanografia, ou o trabalho manual de perfuração dos cartões, era majoritariamente executado por mulheres. Por assim dizer, a máquina separava a memória do processador propriamente dito. Nesse caso, o cartão perfurado encarnava os códigos da memória, enquanto à máquina cabia a função de operar processando os dados (MAGALHÃES, 1997).

Magalhães (1997, p.23) aponta que a consolidação do comércio nacional e internacional aquiesceram a disseminação concomitante das máquinas de calcular e tabular, que passariam a ser cada vez mais usadas, até serem consideradas indispensáveis, para a realização das tarefas dos escritórios. As máquinas de calcular mostraram sua utilidade em diversos momentos, inclusive, ajudaram a tabular com mais velocidade os dados do censo demográfico de 1890, nos EUA. Anos mais tarde, o cartão perfurado foi retomado novamente por Herman Hollerith, empresário e fundador de uma empresa que desempenhou um papel relevante na história dos computadores: a *Industrial Business Machines* (IBM).

A literatura também mostra que a produção de máquinas tabuladoras possui uma relação de interdependência com as máquinas de escrever, em especial, com as primeiras máquinas elétricas lançadas pela IBM em 1934. Aliás, a sigla IBM só surgiu em 1924, embora a empresa tenha sido em 1911, com o nome CTR (*Computing Tabulating Machine Co.*). A IBM é um exemplo do processo não-planejado característico da tecnização: ela resultou da fusão de um fabricante de balanças e cortadores de frios e moedores de café com outra empresa fabricante de relógios de ponto. O contexto histórico de formação dos grandes trustes dos EUA de fins do XIX, que se mantiveram até a Primeira Guerra, pode também

ser lido como o momento de expansão da infra-estrutura de comunicação daquele país.

Em termos cronológicos, as técnicas das calculadoras se desenvolveram primeiramente pelas calculadoras mecânicas, passando pelas eletro-mecânicas chegando às eletrônicas capazes de processar sinais elétricos em circuitos analógicos ou digitais. Entretanto, não se trata de uma sucessão em escala linear, uma vez que elas coexistiram por muitas décadas de forma simultânea. “A supremacia da calculadora eletrônica digital se deu preponderantemente por razões de ordem mercadológica, graças à popularização do uso comercial do computador.” (MAGALHÃES, 1997, p. 25).

Em 1936, o matemático britânico Alan Turing desenvolveu a “máquina universal”, capaz de processar tarefas a partir de cálculos matemáticos e algoritmos. Os cartões perfurados foram fundamentais para que Alan Turing, atuando junto ao exército Britânico durante a Segunda Guerra Mundial, alcançasse êxito na decifração de códigos secretos alemães (FONSECA FILHO, 2007). Desse modo, o pano de fundo histórico sobre o qual se desenvolvem ambos, os computadores e a internet, remontam aos contextos bélicos/militares e às disputas entre interesses nacionais que marcaram o século XX.

Entre as décadas de 1950 e 1960 o aperfeiçoamento da técnica resultou nos primeiros *mainframes*. Estes computadores de grande porte que ocupavam salas quase inteiras foram os primeiros capazes de processar grande volume de dados, demonstrando como a computação poderia resolver o problema de simultaneamente memorizar e gerir informações. O foco nesse momento era melhorar a eficiência da produção industrial. Nas décadas seguintes, cada vez mais, o computador deixou de ser visto apenas máquina de armazenar informações transformando-se num equipamento capaz de desempenhar funções programadas com precisão.

O período da Guerra Fria, marcado pelo desejo de demonstrar supremacia tecnológica e econômica, bem como pela necessidade de domínio da informação, estimulou o aperfeiçoamento das tecnologias da comunicação. Os interesses que visavam transformar o processo produtivo industrial por meio do aumento da capacidade de programação e do processamento acelerado de dados foi articulado também à história da pro-

dução das armas nucleares e à corrida espacial. Esse conjunto de forças em disputa tomou o desenvolvimento da computação como uma tecnologia poderosa capaz de potencialmente reduzir ao mínimo o risco de erro humano durante o processo maximizando os resultados (ATIQUÉ, 2013).

Além disso, como mostra Adrian Atique (*Idem*), o processo de miniaturização dos computadores foi aquiescido nesse período como uma demanda decorrente da corrida espacial e da exigência de reduzir o tamanho dos *mainframes*. O tamanho reduzido tornaria viável que os computadores fossem acoplados aos foguetes sem que isso prejudicasse a potência e/ou capacidade. Os avanços em torno da tecnologia da informação se fizeram em cenários políticos de Guerra e pós-Guerra que são indissociáveis de interesses e de ambições tanto militares, quanto comerciais de nações como os EUA e a extinta União Soviética, vistas como as duas grandes potências econômicas e políticas daquele momento. A expressão mais bem acabada dessa corrida pela miniaturização dos computadores pode ser encontrada na tecnologia dos atuais *smartphones*, ou telefones celulares inteligentes.

O aperfeiçoamento dos computadores pessoais garantiu que, ainda na década de 1980, o seu uso fosse difundido para aplicações no trabalho, tais como programas de planilhas, processamento de banco de dados, entre outros. Foi nesse período que a posse de computadores se tornou comum entre as classes médias estadunidenses (*Ibidem*). Já na década de 1990 os computadores pessoais tornaram-se peças comuns no cotidiano das classes médias das potências econômicas com economias de mercado altamente desenvolvidas. O barateamento de produções e padronização de *softwares* aliada a uma explosão sem precedentes nas telecomunicações provocados pelo advento da fibra óptica de alta velocidade e pelo processo de privatização das telecomunicações foram figuras que prescindiram à chegada da internet com os seus contornos comerciais. Aliás, como é sabido, foi com as privatizações das telecomunicações que se deu a introdução da internet comercial no Brasil.

A sofisticação da linguagem computacional e a intensificação da produção de programas (*softwares*) garantiram, dentre outras coisas, a possibilidade de conectar essas máquinas em rede. Embora a noção de “rede social” tenha ganhado popularidade após o advento da internet, esse vocabulário não é exclusivo e tampouco gerado pelos usos da tecnologia

da comunicação. Ao que tudo indica, o pesquisador britânico A. J. Barnes foi quem primeiro empregou o conceito, em 1954, em um estudo feito em Breda, uma pequena comunidade agrícola localizada na Noruega. Barnes estava interessado em compreender o fluxo das relações sociais e as características do contato entre as pessoas na vida cotidiana. Reconstruídas a partir da observação de quem estabelecia contato com quem e por quais razões, a rede social permitiria ao pesquisador identificar quais são os vínculos estabelecidos entre as pessoas e como essas relações atravessam a vida cotidiana (BARNES, 1954).

A internet ganhou seus primeiros contornos em 1969 quando o Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América colocou em funcionamento a primeira rede operacional de computadores à base de comutação de pacotes. Gestada no Pentágono, a rede inicialmente teve seu uso apenas direcionado aos interesses dos órgãos militares. Chamada de ARPANet, acrônimo em inglês para *Advanced Research Projects Agency Network*, a rede teve como objetivo principal interligar as bases militares e os departamentos de pesquisa do governo.

No contexto da Guerra Fria, contando com altíssimos investimentos financeiros, a tecnologia da rede foi aperfeiçoada pela defesa estadunidense que temendo a possibilidade de que possíveis ataques destruíssem o centro de armazenamento de dados dos meios convencionais de telecomunicações. Distribuir a informação em uma rede interligada foi uma estratégia que remodelou a noção de segurança, pois permitiu a distribuição e o armazenamento sem um centro específico ou uma rota única para o tráfego de informações. A circulação simultânea da informação em fluxos diversos e em direções distintas tornava quase impossível a sua localização por completo e, conseqüentemente, a sua destruição.

Na década de 1970, as universidades e outras instituições que atuavam junto a defesa foram autorizados a se conectar à rede. Nesse período existiam aproximadamente uma centena de sites. A expansão da rede alterou seu uso e, no começo da década de 1980, a ARPANet se dividiu dando origem a MILNET, voltada exclusivamente aos assuntos militares, enquanto a outra parte da rede, a Internet, foi tornada pública. A criação do World Wide Web (WWW) padronizou a navegação que, por meio de um software, “permitia os usuários visitar facilmente documentos em qual-

quer número de redes diferentes e navegar através de informações em todo o sistema de redes de computadores interligados (a Internet)” (ATIQUE, 2013, p. 13).

Uma das características mais marcantes dessa primeira fase da Web, chamada também de Web 1.0, era a sua lógica quase estática. Isso quer dizer que os usuários não interagem com o conteúdo que consumiam. Essa fase foi marcada, sobretudo, pelo predomínio dos grandes portais de internet como, por exemplo, a America OnLine. Nesse cenário cabia aos portais e às equipes de produção, geralmente formadas por profissionais de diferentes áreas, os gerar o conteúdo tornando-o capaz de atrair o usuário para acessar as informações disponibilizadas.

A expansão das novas mídias ocorreu no que Atique denomina de “período de globalização”, entre 1991 e 2007, correspondente exatamente ao final da Guerra Fria e ao colapso da União Soviética até o início da crise das hipotecas nos Estados Unidos que se espalhou pelo mundo. Esse processo já avançado, em meados dos anos 2000, corresponde também ao que Manuel Castells (1999) chamou de sociedade de rede, marcada pelo fluxo de informações, mercados e pessoas. Em convergência, esses autores apontam como esse processo não se deu de modo igualitário para todos os países e foi atravessado também pelo remanejamento das relações e da reterritorialização das desigualdades mediante o descentramento da ordem social anterior.

O processo de tecnização das mídias mostra que as transformações na dinâmica da comunicação podem ser melhor compreendidas se historicamente situadas. Em termos didáticos, até o século XIX houve um predomínio exclusivo da comunicação entre um emissor e um receptor. Empiricamente esse modelo comunicacional corresponde às cartas, ao telegrama e ao telefone. Embora tenha sido iniciada com o livro e a mídia impressa, a transição desse modelo de comunicação se deu no século XX com a emergência das mídias de *broadcasting*, tais como o cinema e, anos mais tarde, a televisão. A partir desse momento, o modelo de comunicação é deslocado para um emissor com muitos receptores/espectadores. Na passagem do século XX para o XXI, marcada pela entrada da internet, o diagrama da comunicação foi mais uma vez deslocado para uma dinâmica

em que muitos emissores propagam mensagens para muitos receptores. Esse é a dinâmica característica das redes.

As passagens entre esses diagramas não se deu de maneira estanque eliminando o meio anterior. De outro modo, elas se fizeram de maneira interdependente e sobreposta. Assim, podemos dizer que a web 1.0 ainda conservava muito da dinâmica e da experiência imaginada pelas mídias de *broadcasting* e os livros preconizam elementos que estarão presentes nas dinâmicas seguintes, permanecendo ativo até os dias atuais. Atualmente, nos estudos sobre mídias digitais, é bastante comum a aceitação da ideia de que vivemos no contexto da web 2.0. A principal característica dessa nova internet é o fato de ser gerada pelo usuário, mas gerida por profissionais para gerar lucros (BAYM, 2013). Essa mudança está diretamente ligada ao barateamento e proliferação dos equipamentos de áudio e vídeo, sobretudo após a chegada dos *smartphones* ao mercado. As câmeras e as funcionalidades de áudio e vídeo acoplados aos equipamentos viabilizaram a passagem para um tipo de comunicação produzida e disponibilizada pelos usuários, mas que é gerida pelos sites para gerar lucros como acontece, por exemplo, o *YouTube*.

Com essa breve recuperação histórica do processo de tecnização das mídias digitais apresentamos algumas peças de um processo não-planejado, interdependente e inacabado. Mais do que isso, nosso argumento é que esse processo se deu colocando em curso um novo padrão de civilização que implicou em novas formas de regulação e controle. Ao falar em processo, pretendemos remeter, mais uma vez, aos conceitos de Elias (2006, p.27), para quem “o processo social refere-se às transformações amplas, contínuas, de longa duração de figurações formadas por seres humanos, ou de seus aspectos”. Tomar as mídias a partir de uma sociologia processual nos permite compreender como a tecnologias da comunicação colocaram em outros termos os padrões de auto-regulação impactando nas subjetividades.

PARA UMA COMPREENSÃO DO ESPAÇO RELACIONAL

O ciberespaço é, sem dúvidas, um dos conceitos mais populares nas pesquisas sobre/com mídias digitais. De modo simples, o ciberespaço seria aquele existente entre os computadores conectados. Atualmente, ain-

da é bastante comum o emprego do prefixo “ciber” para qualificar o contato por uma rede digital. O prefixo, nesse caso, deriva da elaboração teórica sobre a cibernética como uma relação entre informação, comunicação e controle de um determinado sistema. O termo, empregado inicialmente por Norbert Wiener (1975), remonta ao vocábulo grego *kibernos*, que significa “controle” ou “governo”, em sua acepção latina. O que está por trás da ideia de cibernética, portanto, é uma noção instrumental da informação como sendo a chave para entender e prever ações dentro de um sistema. Assim, ao falar em cibernética estamos apontando para um sistema e para o seu aspecto de retroalimentação, ou *feedback* (MARTINO, 2015, p. 21).

O filósofo francês Pierre Lévy (1999) pode ser apresentado como um dos responsáveis pela popularização do ciberespaço, em especial no contexto brasileiro. Tal como empregado por ele, o conceito guarda conexões com a cibernética. Na década de 1990, quando produz seus escritos mais conhecidos, Lévy assiste a chegada e a expansão da internet comercial no mercado francês. Em parte, isso permite compreender o seu interesse no crescimento do que ele denomina de “cibercultura”. Ou seja, o circuito de ideias, práticas, representações, textos, imagens e ações que estão marcados pela interação digitalmente mediada. A cultura é aqui entendida em um sentido amplo, sempre organizada a partir de um conjunto de práticas, o que nos permite dizer que a cibercultura é a cultura - ou as práticas - que ganham contornos no ciberespaço.

O conceito de ciberespaço é o resultado de uma compreensão inicial sobre um conjunto de transformações sociotécnicas em curso e que marcaram a passagem do século XX para o XXI. Um dos seus ganhos foi viabilizar uma compreensão do espaço como um campo aberto e indeterminado - uma vez que as mídias tendem à convergência - interconectado e combinado com outros dispositivos de gravação, comunicação e simulação (LEVY, 2015, p.102).

Para Lévy (2003) são quatro os componentes estruturais do ciberespaço: a) o compartilhamento de memórias e informações pelas pessoas conectadas; b) as ações que devem ser desempenhadas pelo computador são organizadas por programas; c) as interações e o acesso aos dados são mediados por uma interface; d) todos os elementos anteriores são digitalmente codificados, ou seja, são traduzidos em fórmulas matemáticas que

manipuláveis por computadores e armazenáveis em memórias. Ao serem transformados em dígitos (digitalizados), os dados tornam-se “virtuais”.

O termo virtual não deve ser entendido em oposição ao real, no limite, ele poderia ser oposto ao físico, já que tratamos de algo que existe em potência. Uma vez digitalizado e armazenado em uma memória um dado virtual/potencialmente pode ser acessado por qualquer pessoa, desde que possua uma conexão. Um planetário de críticas poderia ser apresentado em contraposição às formulações de Lévy. Em geral, os argumentos contrários marcam a perspectiva excessivamente otimista que desconsidera os aspectos políticos e econômicos que orbitam as suas discussões. Mas consideramos que o ponto importante de ser retido aqui é o fato de que a expressão “ciberespaço” leva a metáfora geográfica longe demais. Quando falamos que alguém está no ciberespaço, por contraste, é possível supor que alguém não está e, portanto, induzimos a ideia de que todas as pessoas conectadas estão em um mesmo lugar, numa espécie de computador único (MARTINO, 2015, p.30).

É tensionando este aspecto da elaboração de Lévy que o pesquisador australiano Scott McQuire (2011) propõe uma compreensão das mídias digitais como “espaço relacional”. De modo geral, suas pesquisas exploram os impactos sociais das tecnologias midiáticas, em especial, sobre as relações sociais no espaço e no tempo relacionada às problemáticas das identidades contemporânea, às dinâmicas das cidades e a interação entre tecnologia, política, cultura e inovação no espaço público em rede.

Discordando da noção que informa a maior parte das modernas análises sobre as mídias, McQuire critica e se afasta do entendimento de que a mídia está, em última instância, separada do “mundo real”. Isso não quer dizer que a questão sobre como o mundo é construído *na* e através *da* mídia não se mantenha importante, mas que é imprescindível considerar que a mídia e o social, o político, econômico e o cultural não são separáveis. Ao aceitar o amplo papel da mídia na produção da experiência contemporânea, este autor faz adoção crítica do *insight* de McLuhan (1977) para quem a mídia constitui um ambiente. Atualmente as tecnologias de mídia têm se estendido a tal ponto que estar no mundo, para parte significativa das pessoas, envolve uma contínua negociação de (e participação em) diferentes fluxos midiáticos. Em síntese, as relações sociais sob domínio desse

arranjo sociotécnico são afetadas em termos de escala e de velocidade das interações sociais

O espaçamento – a separação das coisas – sempre implica uma relação. De qualquer modo, por espaço relacional, estou me referindo à condição contemporânea na qual o horizonte das relações sociais tornaram-se radicalmente abertos. O espaço relacional caracteriza a experiência espacial da “modernidade reflexiva”, na medida em que a natureza predeterminada do espaço social e os contornos das subjetividades tidos como garantidos são, cada vez mais, deixados de lado em prol da ambivalência das configurações espaciais móveis e escolhas individuais efêmeras. [...] O espaço relacional é o espaço social criado pelo imperativo contemporâneo de estabelecer ‘ativamente’ relações sociais de acordo com a sua demanda, através de dimensões heterogêneas, nas quais o global é inextricavelmente imbricado com o estar face-a-face. [...] O espaço relacional é caracterizado pela frustração ou complicação de todas as relações simples ou diretas entre ‘dentro’ e ‘fora’. [...] Na abertura radical do espaço relacional podemos sentir os direcionamentos ambíguos que hoje afetam a falta de atratividade dos nossos lares, a urbanidade das nossas cidades e as nossas próprias identidades. (McQUIRE, 2011, p. 205)

O “espaço relacional” é a representação da emergência de um novo conjunto espacial chamado de relacional, pois leva em conta o local de acesso e a constante relação com outros espaços. Nesse sentido, uma análise nos termos desta compreensão no contexto brasileiro implica em pensar sobre como são constituídas as fronteiras entre espaços de classe social, gênero, local de acesso, questões raciais, nível de instrução, local de moradia, entre outras diferenças. É nesse sentido que podemos dizer que essas tecnologias não são somente como promotoras de transformações cotidianas, mas são geradoras de mudanças internas radicais e que atravessam o modo como pensamos, como sentimos, como nos relacionamos, como percebemos e organizamos o mundo e o nosso modo de ser.

SUBJETIVIDADES E MÍDIAS DIGITAIS

Em que medida as subjetividades são impactadas pelos usos dessas tecnologias? As mídias são capazes de moldar sentimentos e afetos, ressignificar nossos desejos ao ponto de alterarem a forma como pensamos, sentimos e como organizamos o mundo ao nosso redor? Existe uma nova

subjetividade conectada? É possível uma análise sociológica das relações estabelecidas entre/pelas pessoas a partir das mídias sem considerar a dimensão *offline* e suas possibilidades de conexão?

Mais do que elaborar uma analítica das subjetividades no uso das mídias digitais, pretendemos aqui apresentar um conjunto de reflexões que compõe um debate contemporâneo sobre as elas. Nossa perspectiva considera a mídia não como ambiente online desarticulado da realidade face a face dos sujeitos, onde é possível manipular subjetividades e identidades de forma a nos constituirmos enquanto sujeitos ora conectados ora desconectados. O espaço relacional da mídia pode ser delimitado exatamente pelo rompimento da fronteira entre dentro e fora, entre espaço público e privado, entre lá e aqui e, nesse sentido, está atravessado por características que compõem a rede em termos de gênero, renda, origem étnico-racial, religião, dentre outros aspectos que precisam ser pensados no sentido de compreendermos as formas de uso da tecnologia.

Dentre os autores que dão suporte a esta forma de pensar a relação entre sujeito e mídia digital optamos por trazer ao debate as reflexões de Eva Illouz e Shery Turkle, pois essas autoras, além de serem referências incontornáveis, pautam seus argumentos em pesquisas empíricas sobre o uso das mídias tendo como foco de análise as transformações subjetivas suscitadas pelas relações digitalmente mediadas. Também apresentaremos algumas reflexões sobre possibilidade de pensar o uso das mídias e das redes sociais no contexto brasileiro a partir de análises comprometidas com o nosso contexto de acesso e as diferenças e desigualdades de classe, gênero, sexualidade, identidade.

As análises de Illouz e Turkle mantêm em comum o interesse pelos impactos que as transformações subjetivas motivadas pelos acessos à tecnologia têm sobre as coletividades. Ambas possuem influências tanto da teoria social, quanto da psicanálise, e nas últimas décadas tem se dedicado também a compreender os avanços da psicanálise em solo americano e o seu espraiamento pela vida cotidiana do ocidente. No entanto, Turkle, professora do Massachusetts Institute of Technology (MIT), via psicanálise é mais afeita aos debates sobre as transformações subjetivas com foco nas mudanças do eu a partir do contato com a tecnologia. Illouz, de outro modo, se dedicada às observações a respeito dos discursos públicos, proces-

so socais e transformações históricas na esfera emocional e subjetiva que fazem funcionar o capitalismo. Por isso o seu interesse pelas articulações dos discursos da psicologia e da auto-ajuda nos espaços empresariais, na esfera da intimidade, nas relações afetivas e que invadem o mercado na contemporaneidade.

A obra de Turkle nos apresenta uma trajetória que acompanha o desenvolvimento das mídias. *The second self - Computers and the Human Spirit* (1984) foi o seu primeiro livro discutindo o tema percebido como uma suspensão da realidade. Já na obra mais atual, *Alone Together: Why We Expect More From Technology and Less From Each Other* (2011), o caminhar da análise das transformações da subjetividade nas reflexões da autora transitam entre a crença nas possibilidades subjetivas trazidas com as mídias e o pessimismo acerca da solidão e incapacidade de lidarmos com nossas fraquezas, processos forjados pela conexão em rede.

Sua primeira obra via na tecnologia a possibilidade de uma ampliação em torno das atuações, encenações, apresentações e representações de si, o que permitiria que fantasias e desejos fossem acessados e vividos em um ambiente *online*. A autora se mostra impactada pelo efeito da tecnologia na produção de uma subjetividade cada vez mais inapta a estabelecer processos de empatia, cuidado e laços afetivos. Diz ela: “nossa população está envelhecendo, haverá robôs para cuidar de nós. Nossos filhos são negligenciados; robôs cuidarão deles. Estamos exaustos demais para lidar uns com os outros na adversidade; robôs terão energia.” (TURKLE, 2011, p. 10).

Mas, apesar de juntos e conectados, estamos sozinhos, e esse é o alerta da teórica. Turkle (*Idem*) considera a tecnologia sedutora porque esperamos, cada vez mais, que ela seja a arquiteta da nossa intimidade. Esperamos que ela seja capaz e eficaz em atender os nossos desejos e vulnerabilidades, nos oferecendo a ilusão de companhia e intimidade sem as demandas exigidas pela amizade, pelo relacionamento afetivo e pelo vínculo emocional profundo. Na rede, temos uma capacidade de selecionar contatos pessoais na medida em que “deletamos” ou “bloqueamos” pessoas com as quais não queremos relação e, da mesma forma, a intensa sensação de pertença e presença garantidas por comentários e curtidas nas redes, se

desfaz no cotidiano das ausências, das necessidades não correspondidas de cuidado e afetos.

Quando abordamos a maneira como nossa subjetividade é transformada por meio do advento das tecnologias, não podemos deixar de pensar em nossos relacionamentos afetivos e amorosos, bem como em nossas relações de amizade, esferas diretamente afetadas pela mediação digital, na medida em que as mídias se transformaram em espaços privilegiados de busca de parceiros, de contato constante com familiares distantes, de compartilhamento de questões emocionais. Se as mídias digitais e o acesso à internet são o desdobramento mais recente do processo de transformação da esfera pública numa arena para a exposição da vida privada, trata-se de observá-la enquanto um representante significativo daquilo que os sujeitos têm vivenciado em sua intimidade.

Nesses termos, Eva Illouz (2011) nos traz uma importante reflexão sobre como a internet exige de nós uma série de habilidade inéditas transformadoras da forma como elaboramos nossos relatos sobre nós mesmos e, no limite, nossas formas de subjetivação. Em sua análise sobre os sites de busca por parceiros, a autora aponta para a necessidade de textualização da subjetividade cobrada pela rede. Nesses sites a capacidade do sujeito de elaborar um relato sobre si que aponte para uma suposta singularidade do eu e que o diferencie do conjunto de sujeitos que ali estão é testada até o limite. Além disso, a economia de abundância de parceiros a qual acessamos na rede, demanda um sujeito selecionador em detrimento das possibilidades de estreitamento de laços afetivos, mais característico do amor romântico:

O encontro virtual é literalmente organizado dentro da estrutura do mercado [...] a internet coloca toda pessoa que está à procura de outra no mercado, em franca competição com outras. Ao se inscrever num site você se coloca imediatamente numa situação em que compete com outros que lhes são visíveis. Portanto, a tecnologia posiciona o eu de maneira contraditória: faz o sujeito dar uma virada profunda pra dentro, isto é, exige que ele se concentre em seu próprio eu para captar e comunicar a essência única que há nele, sob a forma de gostos, opiniões, fantasias e compatibilidade afetiva; por outro lado a internet também faz do eu uma mercadoria em exibição pública. (ILLOUZ, 2011, p. 114).

Esta modesta exposição sobre parte dos argumentos trazidos por essas duas autoras nos permitem refletir sobre as transformações subjetivas alcançadas com o advento das mídias digitais. Mais do que isso, nos auxiliam compreender outros aspectos que atravessam o uso de computadores, celulares, tablets e como, nessa dinâmica de mediação, nos transformamos. Pensamos em nossas vidas cotidianas com celulares, redes sociais, grupos em aplicativos, e no conjunto de informações que acessamos diariamente como se ele sempre estivesse ali. Ficamos ansiosos quando a internet não funciona ou quando o celular vibra no bolso, nos deparamos pensando sobre como e quando postar informações sobre nossa vida na rede social, acessamos a vida afetiva de nossos amigos que acabaram de assumir uma relação séria no *Facebook*, sabemos quem acabou de regressar da sua viagem ao litoral ou para fora do país, dentre outras pequenas atividades que, como diria Paula Sibília (2010), fazem da mídia o show do eu. No entanto, tem algo que essas teorias não podem fazer por nós, ou seja, pensar sobre nossa realidade específica o sobre a forma como se usa as mídias aqui, sobre se e como ressignificamos um uso muito distinto dos contextos de guerra no qual foram criadas as tecnologias e nos contextos universitários norte-americanos e de classe média alta, onde surgiu a mais popular das redes sociais.

Argumentamos ao longo deste texto que as relações mediadas só podem ser pensadas contextualmente e encaminharemos nossas conclusões não no sentido de dar respostas cabais e universalizantes sobre aspectos que envolvem o uso das mídias, mas, sim, apontando como temos pensado o uso das tecnologias em seus contextos⁵. São razões históricas e lógicas culturais diversas as que motivam as mulheres das classes populares que acessam a rede em busca de auxílio para questões afetivas; aos homens gays utilizam aplicativos e plataformas da internet para viverem relações afetivas e sexuais em segredo; das que animam jovens homens da classe média a se unirem, conectados em rede, para compartilhar ideias de masculinidades.

No caso das mulheres das classes populares, as relações mediadas provêm à elas a segurança de discutir sua intimidade, o que lhes auxilia a pensar sobre seus relacionamentos e adquirir um relativo sentimento de agência em esferas historicamente controlada para estes sujeitos: a da pa-

⁵ Falamos aqui das pesquisas com mídias digitais desenvolvidas pelos integrantes do Quereres - Núcleo de Pesquisas em Diferenças, Gênero e Sexualidade. Ver: www.ufscar.br/quereres.

quera, da busca ativa por parceiros amorosos, do planejamento sobre o futuro e sobre a vida a dois. As redes formadas por estas mulheres das camadas populares têm criado processos de ajuda-mútua garantidores de suporte em tempos de inseguranças e incertezas, mas também apontam para algo mais: elas têm sua sociabilidade ampliada, modificada e intensificada (FACIOLI; MISKOLCI, 2015).

Outra forma distinta de uso da rede é feito por jovens homens de classe média que habitam a cidade de São Paulo (DO PRADO, 2015) e que tiveram acesso à rede desde o final da década de 1990. Com objetivo de trocarem experiência sobre relações afetivas, visualizam seus “horizontes” se abrirem e ampliam suas visões para além da necessidade de aprenderem a pegar mulheres, no sentido de obterem desenvolvimento e transformação pessoal que, sobretudo, lhes desvinculem de referenciais de masculinidades estigmatizados (DO PRADO, 2015, p. 258). As mídias e as redes sociais que delas fazem parte se mostraram, nesse sentido, aspectos de reforço das masculinidades.

Observando o que se passa no interior de São Paulo a busca por parceiros digitalmente mediada nos ajuda a compreender as lógicas locais que sustentam o segredo como um elemento central na busca. Os privilégios publicamente concedidos à heterossexualidade e às pessoas que conseguem sustentar uma heterossexualidade presumida garantem condições mínimas de reconhecimento, sobretudo, nos contextos do trabalho e da família. O segredo torna-se a alma do negócio em um contexto em que a homossexualidade tende a ser desacreditada podendo resultar em represálias e punições de diversas ordens. Por outro lado, as mídias colocam em circulação um vocabulário para qualificar o desejo que não é mais tão marcado pelos tropos da vergonha e da patologia (PADILHA, 2015).

O Brasil figura como um dos países que mais tem acessado as redes sociais como *Facebook*, nos últimos anos e, apesar de sua desigualdade digital, as mídias tem chegado, recentemente, a estratos da população de baixa renda devido, principalmente, a melhoria das condições de vida desse grupo social, bem como ao barateamento da tecnologia⁶. Dessa forma,

⁶ A Presidenta Dilma Rouseff assinou, no ano de 2013, decreto que zera as alíquotas da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de smartphones; tal redução baixou o preço desses equipamentos em 30%, no caso dos importados, fazendo girar o mercado interno deste produto. Isso torna estes apa-

uma das perguntas que temos feito nos anos de pesquisa sobre o uso da internet e das redes sociais no país está colocada em torno de pensar como são ressignificadas tais formas de relação mediada, ou seja, quais são as diferenças entre os contextos de produção e de recepção dessas tecnologias para entender como elas atuam, em contextos situados, como tecnologias de produção de sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ATIQUE, A. *Digital media and society: an Introduction*. Malden: Polity, 2013.
- BARNES, J. A. *Class and committees in a Norwegian Island Parish*. California, USA, 1954. Disponível em: <<http://sts.ucdavis.edu/summerworkshop/Workshop%202009%20Readings/Barnes%201954%20Class%20-%20committees.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2015.
- BAYM, Nancy K. *Personal connections in the digital age*. Cambridge: Polity Press, 2010.
- _____. Social Networks 2.0. In: CONSALVO, M.; ESS, C (Org.). *The handbook of internet studies*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013. p. 384-405.
- BELELI, I. A. Imperativo das imagens: construção de afinidades nas mídias digitais. *Cadernos Pagu*, n. 44, p. 91-114, jan/jun. 2015.
- BRETON, P. *História da informática*. São Paulo: UNESP, 1991.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1999.
- DO PRADO, J. *Dos consultórios sentimentais à rede: apoio emocional pelas mídias digitais*. 2015. 269f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Carlos, 2015.
- ELIAS, N. Tecnização e civilização. In: *Escritos & ensaios - 1: Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 35-68.
- FACIOLI, L. R. R. *Conectadas: uma análise de práticas de ajuda-mútua feminina na era das mídias digitais*. 2013. 193f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.
- FACIOLI, Lara; MISKOLCI, Richard. Conectadas: experiência de subalternidade e ajuda-mútua feminina online entre mulheres de classes populares. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 20, n. 2, 2015. pp. 129-159, 2015.
- FONSECA FILHO, C. *História da computação: o caminho do pensamento e da tecnologia*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2007.

relhos mais acessíveis, com um preço limitado a 1500 reais para aqueles produzidos em solo nacional. A queda dos preços, somados a facilidade no momento da compra, seja por meio do cartão de crédito ou do crediário, faz com que os mais pobres consigam, cada vez mais, acessar essas tecnologias.

- HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: _____; KUNZRU, H. TADEU, T. (Org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*, Belo Horizonte, Autêntica, 2000. p. 33-118.
- ILLOUZ, E. *O amor nos tempos do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- KURASHIGE, K. D. *Marcas do desejo: um estudo sobre os critérios de seleção de parceiros em relações homoeróticas masculinas em São Carlos*. 2014. 121f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2014.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- _____. *A inteligência coletiva*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015.
- _____. *O que é virtual*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- MAGALHÃES, G. Das máquinas de calcular à informática. *Revista da SBHC*, n.17, p. 21-28, 1997.
- MARTINO, L. M. S. *Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes, redes*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- MISKOLCI, R. Discreto e fora do meio: notas sobre a visibilidade sexual contemporânea. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 44, p.61-90, jan/jun., 2015 .
- _____. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. *Cronos*, v. 12, n. 2, p. 9-22, 2011.
- McLUHAN, M. *Os meios de comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- McQUIRE, S. A casa estranhada. *Revista do Programa de Pós-graduação da Escola de Comunicação da UFRJ: Dossiê: cidades midiáticas*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 27-66, 2011.
- PADILHA, F. *O segredo é a alma do negócio: mídias digitais móveis e a gestão do desejo homoerótico entre homens na região de São Carlos*. 120f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2015.
- PELÚCIO, L. Narrativas infêis: notas metodológicas e afetivas sobre experiências das masculinidades em um site de encontros para pessoas casadas. *Cadernos Pagu*, n. 44, p. 31-60, 2015.
- TURKLE, Sherry. *The second self: computers and the human spirit*. New York: Simon and Shuster, 1984.
- _____. *Alone together*. Nova York: Basic Books, 2011.
- WIENER, N. *Cibernética e sociedade*. São Paulo: Cultrix, 1975.